

Audição Parlamentar
Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

03 de fevereiro 2016 – 12:00 horas

Apresentação de cumprimentos e agradecer o convite.

Destacar a grande relevância destas audiências que permitem distintos atores poderem a ceder a informação relevante, neste caso em matéria de desporto.

Para os senhores deputados que que possam não ter tão presente a realidade institucional Comité Paralímpico de Portugal uma breve referencia:

- Esta é uma instituição recente – constituída em setembro de 2008
- O Comité surge fruto de recomendações internacionais (IPC), mas também por força da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei 5/2007 - Artigo 13.º Comité Paralímpico de Portugal), nesta data ainda não existia, só mesmo na lei.

Atualmente tem 36 membros, sendo: 25 federações, 5 associações nacionais, 4 instituições do ensino superior, Confederação de Treinadores de Portugal e Panathlon Clube de Lisboa.

Em síntese tem com principais projetos:

- Programa de preparação paralímpico (Missão paralímpica)
- Programa de preparação surdolímpico (Missão surdolímpica)

O Comité Paralímpico de Portugal tem como lema “Igualdade, Inclusão e Excelência Desportiva”, trata-se inequivocamente de um projeto de fundamento humanista que tem como um dos seus principais pilares o desenvolvimento e coesão social, tendo como fim último a inclusão das pessoas com deficiência, assumindo-se o desporto como o meio para o efeito.

Muito em síntese é isto que se nos oferecer referir, mas obviamente totalmente disponíveis para esclarecimentos adicionais.

Sobre as matérias que fomos convidados a pronunciarmo-nos:

- Políticas de Alto Rendimento.

Como é sabido esta é uma dimensão da competência das federações e como tal entendemos que devemos fazer reserva de pronunciamento.

Porque na verdade, não estamos mandatados para o efeito e porque se trata de agentes desportivos que nos merecem todo o nosso respeito institucional.

Obviamente que temos opiniões sobre o tema, reconhecemos que precisa de ser melhorado.

Pela nossa parte conseguimos em conjunto com a administração a introdução nos regulamentos dos programas de preparação (paralímpico e surdolímpico) de dispositivos normativos que remetem para obrigatoriedade de todos os atletas que integrem estes programas, mesmo que atletas esperanças, passem a usufruir automaticamente deste estatuto o que anteriormente não se verificava com todas as implicações nefastas para o praticante.

Esta foi na verdade uma melhoria considerável introduzida no sistema desportivo por iniciativa deste Comité, mas reconhecemos que há muito mais por fazer, mas como dissemos os interlocutores privilegiados para o efeito não somos na verdade nós.

Ciclo de Preparação Paralímpico Rio 2012.

Importar começar por referir o contexto em que este ciclo começou a ser preparado.

A primeira proposta do CPP foi apresentado ao senhor Secretário de Estado da altura, a 3 de Agosto de 2012, estávamos então no pior momento económico e financeiro do país no último século. Ou seja, as condições negociais eram tudo menos favoráveis.

A contratualização veio efetivar-se através de dois elementos distintos:

- Um contrato programa para o ano de 2013;
- Um contrato programa a quatro anos, 2014 – 2017, ou seja, ano dos jogos e mais um, para evitar os tradicionais e muito prejudiciais hiatos de financiamento a atletas e federações. Esta é uma realidade contratual totalmente inédita, nunca antes esta preocupação tinha sido contemplada em sede de qualquer outro contrato programa.
- Pela primeira vez o programa de preparação paralímpica passou a contemplar o Projeto Esperanças Paralímpicas, era há muito um desiderato das estruturas ligadas a este fenómeno desportivo. O que permitiu contemplar 12 atletas 4 modalidades.
- Passou a existir um outro projeto denominado Apoio Complementar que permite apoiar necessidades particulares, criando condições para um melhor processo de preparação. Este programa apoiou 9 atletas de 4 modalidades.
- O valor global contratualizado para o presente ciclo foi de três milhões e trezentos mil euros (3.300 €).
- O valor da preparação passou a ser de 8.750 €.
- O valor da Bolsa Nível 1 passou para 518 €.
- O valor da Bolsa Nível 2 passou para 386 €.
- O valor da Bolsa Nível 3 passou para 225 €.

- Ao longo do presente ciclo a até à data integraram o programa de preparação 56 atletas de 7 modalidades.

- Atualmente encontram-se integrados 42 atletas de 7 modalidades (Atletismo, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Equestre, Natação e Tiro).

Acresce aos factos supra descritos termos neste momento possibilidade de virem participar na próxima edição dos Jogos Paralímpicos, modalidades que até então nunca representaram Portugal, (Tiro e Judo) estando igualmente em aberto a eventualidade de esta ser uma das missões portuguesas com mais modalidades. Veremos a seu tempo...

Este foi sem dúvida um processo que nos permitiu dar um passo em frente, todos deveremos ter presente os valores iniciais com que Comité Paralímpico de Portugal se viu confrontado, para de perceber o percurso de 8 anos.

Em síntese:

	Pequim	Londres	%	Rio	%	Total %
Valor Global	1 296 748,87	2 259 504,84	74,2	3 300 000,00	31,5	105,7
Preparação	5 000,00	7 000,00	40	Até 8 750,00	20,0	60
Bolsa Nível 1	350,00	450,00	28,5	518,00	13,1	41,6
Esperanças	Não teve	Não teve		25 000,00		
Apoio Comp.	Não teve	Não teve		30 000,00		

Esta tem sido sem dúvida uma mutação frutuosa, reconhecemos o esforço, o envolvimento de todos os atores que intervieram neste processo, não esquecemos os momentos delicados em que tivemos de ter a capacidade de construir soluções que por certo não satisfizeram todos os protagonistas. Digamos que para o Rio este foi o quadro possível e para qual muito se teve de trabalhar.

Mas neste momento já estamos refletir tendo em vista Tóquio e para esse novo ciclo precisamos de um novo olhar e de uma nova conceção, de um novo conceito, sobre risco de nos afundarmos, numa mera participação pela participação nos Jogos Paralímpicos.

Estamos confrontados com a necessidade de definir claramente o que pretendemos das participações portuguesas ao mais alto nível e atuar em conformidade.

A participação nos Jogos Paralímpicos pode vir a significar competir no segundo maior evento desportivo do mundo, em confronto direto com os melhores atletas de alto rendimento, que nada tem a ver com reabilitação, assistencialismos ou outras perceções erronias que por ai vão existindo e que condicionando em muito a efetiva desocultação do real valor intrínseco esta dimensão desportiva.

Oportunamente, traremos junto de V. Exas reflexão sistematizada sobre esta matéria.

Obrigado pela vossa atenção, totalmente ao vosso dispor.

2ª Intervenção

Em nome do Comité Paralímpico de Portugal pretendo registar uma declaração de reconhecimento e de profundo agradecimento ao senhor deputado António Cardoso, pela justeza e pertinência na interpelação que fez junto do senhor presidente do Conselho de Administração da RTP, quanto à forma como alguns segmentos sociais são persistentemente desconsiderados por esta estação que tem como atribuição o serviço público.

Até à presente data desconhecemos em concreto e formalmente o que a RTP pensa fazer relativamente aos Jogos Paralímpicos, mas também, qual a atenção que pretende vir a dar a esta dimensão desportiva em ano de Jogos.

Verifica-se uma ausência de relação institucional com as entidades de cúpula desportiva, neste caso e em concreto com o Comité Paralímpico de Portugal que como vimos anteriormente de acordo com o quadro legal nacional a pare do Comité Olímpico de Portugal são as duas entidades de cúpula.

O Comité Paralímpico tem um enorme capital de queixa que não irá fazer refletir nesta audiência por que não foi sobre esta matéria que aqui viemos.

Por solicitação do Comité Paralímpico, já de algumas semanas, vamos na próxima sexta-feira reunir com o senhor presidente do Conselho de Administração da RTP, não lhe vamos transportar o nosso capital de queixa, seria avassalador e não iria gerar pro atividade, vamos sim enfatizar a profunda necessidade de a RTP se envolver de forma assertiva, numa parceria que se pretende de sucesso em que todos sairão a ganhar e por isso iremos tentar saber o que pensa o senhor presidente da RTP fazer quanto aos Jogos Paralímpicos, vamos lhe transmitir quais são para nós os elementos fundamentais, mas também colocar-nos ao dispor mais uma vez para colaborar ativamente na mudança de paradigma televisivo relativamente a esta realidade social.

Qual o investimento anual da **administração pública desportiva** num atleta olímpico e num paralímpico?

Atleta Olímpico de nível I (Bolsa 1350 x 12 = 16 200) + (Preparação = 30 000 €) =

Total **46 200 €**

Atleta Paralímpico de nível I (Bolsa 518 x 12 = 6 216 € / **3 108 €**) + (Preparação = 8 750 € / 4 375 €) = Total **7.483 €**

Ou seja para a Administração Pública Desportiva, neste momento um atleta paralímpico de nível I, vale somente 16.2 %.

Esta foi a realidade até então temos a forte convicção que o futuro irá ser diferente porque este quadro configura algo muito delicado que urge alterar e certamente que todos iremos contribuir para que tal se verifique, os senhores deputados são elementos fundamentais.

